



Literatura indígena contemporânea no Brasil: Temporalidades avessas à modernidade e ao tempo hegemônico do colonizador

Literatura indígena contemporânea en Brasil: temporalidades contrarias a la modernidad y al tiempo hegemónico del colonizador

Henrique Pedro Bresolin*

Recebido em: 30/08/2025

Aprovado em: 26/12/2025

Resumo: Este artigo busca compreender o conceito de temporalidades indígenas, e de que maneira ele diverge da concepção linear do tempo trazida ao Brasil pela colonização europeia. Outro objetivo deste artigo é elencar de que maneira o conceito se demonstra na Literatura Indígena Brasileira Contemporânea, corrente literária consolidada nas décadas finais do século XX e em voga até hoje no Brasil. Também, busca-se oferecer reflexões com base em intelectuais latino americanos como Mario Pedrosa e Nestor Canclini, sobre a Arte Indígena e sua importância nesta oposição ao tempo do colonizador. Por fim, tento demonstrar de que maneira diferentes formas de perceber a relação entre o passado, presente e futuro podem contribuir para opções mais inclusivas e menos hierarquizadas de lidar com o tempo.

Palavras-chave: Literatura brasileira; História indígena; Temporalidades.

Resumen: El presente trabajo busca comprender el concepto de temporalidades indígenas y de qué manera este diverge de la concepción lineal del tiempo traída a Brasil por la colonización europea. Otro objetivo de este artículo es enumerar de qué manera dicho concepto se manifiesta en la Literatura Indígena Brasileña Contemporánea, corriente literaria consolidada en las décadas finales del siglo XX y vigente hasta hoy en Brasil. Asimismo, se busca ofrecer reflexiones basadas en intelectuales latinoamericanos como Mario Pedrosa y Néstor García Canclini sobre el Arte Indígena y su importancia en esta oposición al tiempo del colonizador. Por último, intento demostrar de qué manera diferentes formas de

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, pesquisador do Labhim/UFRJ e bolsista CAPES. E- mail: bres.h@ufrj.br; ORCID: orcid.org/0000-0001-8729-2074



percibir la relación entre pasado, presente y futuro pueden contribuir a opciones más inclusivas y menos jerarquizadas de relacionarse con el tiempo.

Palabras Clave: Literatura brasileira; Historia indígena; Temporalidades.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Introdução – História dos conceitos e literatura como fonte histórica

Este ensaio tenta entender paralelamente dois movimentos importantes: o conceito de temporalidade dentro de livros escritos por autores indígenas no Brasil do fim do século XX e início do XXI; e de que maneira o emprego dessas temporalidades se opõem à dominação ideológica trazida pelos colonizadores europeus no século XVI, presente em nossa sociedade até os dias de hoje. Nossa pergunta num primeiro momento seria “de que maneira os autores elencados sobrepõem, em suas obras, a sua visão do tempo acima da noção hegemônica de tempo trazido às Américas pela colonização europeia”?

Também nos interessa a percepção de autores da América Latina para essa pergunta e de que maneira essa corrente literária pode ser compreendida como arte dentro das concepções culturais de um país em formação com diversas mudanças estruturais de sua esfera pública no século XX.

Para tentar responder essa pergunta, o ponto de partida é a História dos Conceitos. Metodologia esta que não se limita apenas à análise dos significados das palavras, mas busca relacioná-las com as discontinuidades históricas e os contextos sociais em que foram geradas. Ela as conecta à experiência acumulada e aos horizontes de expectativas que cada conceito carrega. Essa abordagem que engloba aspectos culturais, pragmáticos e semânticos, proporciona um tratamento mais abrangente das ideias, indo além das esferas política e linguística, permitindo-nos examinar com maior clareza as mudanças e as identidades construídas pelos atores históricos (BENTIVOGLIO, 2010, p. 114).

A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político (Koselleck, 2006, p. 103).

| 402

Conforme Antônio Gil (2008), o método de análise de leitura das obras escolhidas que adotarei inicialmente é a interpretação dialética, pois ela “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL, 2008, p. 57).

A escolha da literatura como fonte histórica se deve pela riqueza de informações, detalhes e experiências que os livros pertencentes àquela corrente literária disponibilizam. E mais do que isso a possibilidade de compreensão da realidade histórica do indivíduo Indígena brasileiro que viveu nos últimos 40 anos no país.

De acordo com Pesavento (2004), o historiador precisa tomar a literatura não como produto isolado, mas como um resultado do tempo e espaço onde o autor estava inserido, onde a obra foi escrita e produzida. Candido (1985) se referia a estes filtros de análise como fatores intrínsecos (sua trama e universo) e extrínsecos (contexto social e temporal) da obra. Ou seja, tão importante quanto a obra em si, é necessário se atentar ao redor do autor e capturar a essência de onde e como ele escreve. “Portanto, recorrer à literatura para a produção do conhecimento histórico pressupõe uma reflexão sobre ela, problematizá-la e historicizá-la” (BORGES, 2010, p. 102-103).

a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. (CHALHOUB, PEREIRA, 1998. p. 7)

A literatura enquanto documento é fruto de um processo histórico e cultural, que apresenta propriedades e etapas específicas de cada caso que precisam ser interrogados e analisados como qualquer outro documento. Entretanto, a literatura não é somente um refletor das demandas e acontecimentos sociais: “ele os transforma e combina, cria e devolve o produzido à sociedade”. (BORGES, 2010, p. 103).

Temporalização de conceitos e Modernidade na Europa

Buscando entender como a noção de tempo europeia se transformou em hegemônica, encontramos na modernidade europeia uma interpretação que pode direcionar nosso debate. Dessa forma, vamos prosseguir com Koselleck (2006) que trata sobre a transformação dos usos da história através do passar do tempo, iniciando seu raciocínio na idade moderna europeia, no século XVI.

O conceito de *Progresso*, segundo Koselleck, exerce influência direta sob a transformação na maneira de se pensar a passagem do tempo na Europa tomada pela modernidade. Para explicar a “temporalização” dos conceitos, o autor utiliza da ideia de Progresso para demonstrar o quanto da formação de um novo conceito carrega consigo os sintomas e mentalidades de seu tempo histórico. Segundo o mesmo, a experiência do tempo na modernidade se diferencia do período histórico anterior pela abertura da categoria de “futuro”.

Ideologicamente a Europa sai do medievo, período histórico que tinha sua forma de ver o tempo centrada na ideia de que o ser humano somente desempenhava um papel social e histórico em um roteiro superior desenhado por deus. Um conhecimento *circular* (como chama o autor) sobre o tempo, uma temporalidade que já estava prescrita por um ser cósmico e com um final único e totalizante, um final já fechado para todos. Assim, o futuro dentro da modernidade se torna o campo de realizações e de transformações: todos os caminhos apontam para o futuro como espaço a ser conquistado e colonizado, buscando as transformações e mudanças tão almejadas e anteriormente negadas por uma história antes predeterminada.

Essa quebra com o que o autor chama de *conceito circular de tempo* trazida pela Idade Moderna é marcado pela abertura de futuro (o futuro não é mais fechado, ou predeterminado. O futuro é conquistado dia a dia) e inaugura o que o autor chama de “tempo progressivo” ou “tempo linear”. O Progresso, o acúmulo é feito pensando num futuro, trazendo a possibilidade de alteração desse futuro pela mão humana. Dessa forma, seria como se todo o colonialismo europeu aplicado no mundo fosse justificado por essa “sede de futuro”. A modernidade inaugura também as grandes navegações (e a colonizações de continentes inteiros como Américas e África), causadas por europeus que viam assim um futuro construído por eles próprios como experiência principal deste tempo progressivo.

Séculos após a exposição direta a esse tipo de experiência temporal, ao falar de um maior espaçamento das categorias meta-históricas propostas por Koselleck (*espaço de experiência* - passado e *horizonte de expectativa* - futuro) como sintoma do tempo histórico ocidental no século XX, François Hartog (2014) demonstra que existe uma recém percebida “aceleração” que assola a relação do ocidente com o tempo na modernidade, uma vez que o futuro é tido sempre como objetivo e resultado final. Se o futuro é o campo de resolução de todos os anseios humanos, neste contexto é natural que ele seja evocado à exaustão, provocando o que Hartog demonstra como essa busca incessante pelo futuro.

Sob esta configuração de mentalidades que a Europa desenrola os empreendimentos da colonização e do imperialismo em outros continentes, principalmente na África e nas Américas desde o fim do século XV até o século XXI. Compreender como funcionava a mentalidade do colonizador nos ajuda a perceber principalmente quais são as diferenças entre eles e os sujeitos históricos que se tornaram os colonizados. Neste texto utilizo o conceito de Imperialismo saído da obra de Edward Said (2011): o imperialismo como continuidade dos processos formais de colonização, que tiveram que ser interrompidos no decorrer dos séculos.

Neste período, demonstra Gersen Baniwa (2006) que na chegada dos europeus nas Américas na virada do século XV para o século XVI, estimativas

demográficas indicavam que a região que viria a ser o Brasil era habitada por 5 milhões de nativos originários, chamados Índios por um erro geográfico. “Após 500 anos de massacre, escravidão, dominação e repressão cultural” (BANIWA, 2006), os dados oficiais do IBGE¹ em 2022 apontam 1,6 milhões indígenas no Brasil, o que corresponde a 0,83% da população total do país.

Aqui, percebo ser um bom momento para incluir uma explicação sobre a escolha do termo “Tempo hegemônico” para classificar a noção de passagem do tempo europeia trazida ao Brasil pela relação colonizador-colonizado. Como demonstra Raymond Williams (2007), o termo “hegemonia” já não apenas classifica as relações políticas de predomínio da metrópole europeia na colônia que veio a ser o Brasil: “Isso equivale dizer que o termo não se limita a questões de controle político, mas busca descrever um predomínio mais geral que inclui (...) um modo particular de ver o mundo, a natureza humana e as relações” (p. 200).

Pensando a formação do Brasil nestes 500 anos enquanto resultado direto da colonização europeia, de acordo com Benedict Anderson (2008) temos que uma nação enquanto projeto é uma construção que apaga algumas questões para dar foco a outras. Em outras palavras, esta dinâmica de construção funciona com o apagamento de algumas histórias para permitir um destaque maior a outras. Na construção do Brasil enquanto Estado-Nação, a exclusão de uma história indígena para a inserção de uma história europeia, substituição inserida na narrativa histórica de um “descobrimento” do Brasil por europeus é o exemplo central deste caso em nossa análise.

Segundo Hartog, a partir dos anos 1980 é perceptível, através de intelectuais e principalmente historiadores uma maior preocupação com o nosso próprio mundo, no tempo presente. Mais especificamente, segundo o autor, o próprio mundo os intima a pensar na ‘história do agora’. De acordo com

¹<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/ibge-divulga-novos-dados-do-censo-indigena-de-2022>. Acesso em jan. de 2025.

Habermas (1984), uma das maiores transformações da esfera pública ocidental veio especificamente após a segunda guerra, onde se criou uma cultura política independente, em que a esfera pública precisa de um arcabouço constitucional de garantia.

Segundo Baniwa (2006), a abertura política principalmente no pós-ditadura militar brasileira permitiu um cenário de consolidação do Movimento Indígena, oferta de políticas públicas específicas de transformação/valorização da identidade e cultura indígena. Momento este que o autor chama de “Etnogênese e reetnização: povos indígenas que por pressões políticas, econômicas ou religiosas foram forçados a negar a si sua cultura estão neste período reassumindo e recriando suas tradições” (BANIWA, 2001, p. 28-29). Este momento, na segunda metade do século XX no Brasil, permite então que a cultura e expressão Indígena volte a ser considerada, após séculos de negação sob a tutela europeia. Ocasionalmente que assim, no final do século XX e início do XXI, uma corrente literária formada unicamente por indígenas brasileiros pudesse aparecer e se consolidar enquanto expressão legítima de arte e cultura.

Temporalidades Indígenas e as críticas à Modernidade

As temporalidades indígenas são advindas de uma abordagem completamente diferente das temporalidades ocidentais e europeias (que são lugar-comum nos estudos sobre passagem do tempo em nossas universidades e centros de pesquisa brasileiros).

Os tempos indígenas são ditados pela relação dos indivíduos com a natureza presente no seu cotidiano. Como exemplo dessa diferença, temos a concepção do passar do tempo das aldeias Guarani Mbyá, do Rio de Janeiro, que possuem divisões temporais como “o tempo da caça, o tempo da pesca, o tempo da criação, o tempo do casamento, o tempo da gestação” (DE BARROS; VENTRES, 2014). Essa própria relação com o passar do tempo influi diretamente na construção da identidade e na noção de pertencimento neste grupo étnico, o que dita comportamentos e percepções de realidade.

Ailton Krenak (2015) define a modernidade como uma monocultura de ideias que se apresenta como uma estrutura autorreferencial, auto subsistente e autônoma, não necessitando do outro da modernidade para crítica ou ajuda. Ele argumenta que a modernidade ocidental se configura como um mundo em si, que não abre espaço para colaborações externas, o que a torna acachapante e isolada.

Além disso, segundo os autores Danner e Dorrico (2019), Krenak critica a relação entre modernidade e colonialismo, sugerindo que a modernidade não é apenas um processo de racionalização e universalização, mas também um fenômeno que se entrelaça com práticas coloniais. Ele aponta que a modernidade ocidental se sustenta em uma visão essencialista e naturalizada que marginaliza outras formas de conhecimento e existência, especialmente as indígenas, que são frequentemente vistas como "outros" em relação a essa modernidade. Essa crítica é fundamental para entender como a modernidade se impõe sobre outras culturas e como o colonialismo é uma extensão dessa lógica modernizadora.

Segundo os autores Ana Regina Rêgo e Bruno Leal (2024), o pensamento de Ailton Krenak tensiona as ideias de Reinhart Koselleck ao questionar as categorias meta-históricas propostas por Koselleck, como "*espaço de experiência*" e "*horizonte de expectativas*". Krenak critica a perspectiva eurocêntrica de humanidade, que exclui e desumaniza outros povos, e apresenta uma visão mais inclusiva e respeitosa das relações entre humanos e não-humanos, como animais e a natureza.

Krenak destaca o valor da experiência e da memória na construção de vínculos e pertencimento, possibilitando inovação e criatividade, em contraste com a concepção linear e previsível do tempo típica da modernidade europeia. Ele argumenta que a experiência dos mais velhos, por exemplo, não limita, mas enriquece o presente e abre caminhos para o futuro, desafiando a ideia de um tempo "chapado" e linear, desenvolvida por Koselleck.

Além disso, Krenak se posiciona como um "pensador da contemporaneidade", que, embora esteja inserido nos processos coloniais e globalizantes, mantém uma alteridade que lhe permite criticar essas dinâmicas e

propor uma nova forma de entender o tempo e a história, que se opõe à narrativa única imposta pela modernidade.

| 408

Nestor Canclini, antropólogo argentino nascido em 1939, em seu capítulo “Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização” também apresenta a falta de sucesso ao tentar aplicar as noções de mercado europeias de arte moderna na América latina do século XX, dadas as mais diferentes motivações. Desde a alta taxa de analfabetização no Brasil na metade do século XX como fator impeditivo de consumo de literatura, até mesmo questões de mercado, e costumes.

Canclini ajuda a nos situarmos em meio ao terreno da “modernização” da América latina e Brasil novecentista com sua hipótese central deste capítulo: “tivemos um modernismo exuberante com uma modernização deficiente” (CANCLINI, 2008, p. 131). O autor demonstra que, ao tentar replicar as mesmas condições de controle de Arte advindas da Europa na América latina, experiências traumáticas advindas diretamente dos processos de colonização e imperialismo impediram que o cenário artístico do colonizador se repetisse na colônia.

Este ponto de Canclini é importante para nossa análise, pois a diferença entre os conceitos de modernidade e modernização é chave para nossa leitura: enquanto a modernidade está ligada ao aspecto sociocultural, a modernização é vinculada ao aspecto econômico.

O autor aprofunda nossos questionamentos sobre o atrito entre a cultura indígena e a cultura não indígena no Brasil do século XX. “Como entender o encontro do artesanato indígena com catálogos de arte de vanguarda sobre a mesa da televisão?”, pergunta feita por ele, nos leva a refletir sobre esse não lugar entre o passado da tradição e modernização de moldes europeus que se aproxima. Segundo o autor, a América latina em sua maioria está neste entrelugar. Este espaço é ocupado devido a relação colônia x metrópole e existe porque as tradições ainda não se foram e a modernização não terminou de chegar.

Mais uma hipótese de Canclini nos serve para repensar a presença do Brasil neste não lugar é a hipótese de que na América Latina existe uma incerteza



sobre o sentido e valor dos processos de modernização. Isso ocorre com uma “mistura” entre o tradicional e o moderno.

409 | **Temporalidades inseridas na Literatura Indígena Brasileira Contemporânea**

A Literatura Indígena Brasileira Contemporânea é uma corrente literária nacional caracterizada como “um dos fenômenos político-culturais mais importantes de nossa esfera pública” que “se insere nessa dinâmica ampla de ativismo, militância e engajamento de minorias historicamente marginalizadas e invisibilizadas de nossa sociedade” (DORRICO, 2021). Com uma gama de autores que incluem *Eliane Potiguara, Olivio Jekupe, Maria Kerexu, Ailton Krenak, Sulamy Katy, Ely Macuxi, Márcia Wayna Kambeba, Jaider Esbell, Daniel Munduruku, Graça Graúna, Kaka Werá e Auritha Tabajara* o movimento literário visa representar a visão de mundo por intermédio dos próprios indígenas brasileiros, suas histórias, memórias, projeções de futuro e anseios de seu cotidiano.

Sobre este movimento literário, e o que o mesmo representa para os indígenas do país, vemos com a autora Graça Graúna que

A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones. (GRAÚNA, 2013, p. 15)

Neste recorte, a partir da década de 1990 o movimento literário estudado aqui ganha tração e projeção nacional e internacional, culminando com a indicação e posse de Ailton Krenak na Academia Brasileira de Letras, em 2023. Tendo este pano de fundo de explicação para minha escolha de fonte histórica e recorte temporal, a seguir demonstro como analiso crítica e historicamente esta

fonte. Isto é, com base em toda a bibliografia anteriormente apresentada, apresento as seguintes leituras sobre os livros desta corrente literária.

| 410 No livro *A Cura da Terra* da autora Eliane Potiguara lançado em 2015 são percebidas já de início algumas aproximações com as terminologias descrita anteriormente. A autora é nascida no Rio de Janeiro. Em suas obras são notados os termos de Memória (ancestralidade, transmissão de historicidade) e experimentação de um desequilíbrio entre passado/futuro:

A autora conta a história de Moína, uma indiazinha de oito anos que, como toda criança, adora se aconchegar nos braços da avó para ouvir suas histórias. A autora conta, de forma sensível, a história dessas personagens, que refletem sobre o presente e o passado e aprendem a olhar com otimismo para o futuro. A avó de Moína descreve como foi a colonização pelos estrangeiros, que mais queriam lucro, dominaram os antigos guerreiros indígenas e os tornaram escravos. (SOUSA, 2021, p. 7)

No caso desta obra especificamente, a própria escolha por um roteiro que evidencie os conhecimentos ancestrais (representados aqui pela avó da protagonista) na construção da identidade da personagem já denota a importância dada ao passado e a memória por parte dos indígenas. E de certa forma ajuda a moldar as expectativas futuras da mesma forma: com base no passado comum dos indígenas, levando em conta a voz ancestral como guia de um mundo que já não era só seu: a introdução da cultura e visão dos Brancos como invasiva, dominadora, e escravizadora é igualmente forte na leitura.

No livro *“Ideias para adiar o fim do mundo”*, lançado em 2019 por Aílton Krenak, autor nascido no Norte de Minas Gerais, encontramos uma abertura para analisar uma outra perspectiva da literatura indígena: a noção de não-pertencimento a uma lógica capitalista, tecnicista e enviesada de destruição da Natureza e do mundo, considerados como uma entidade benevolente e não como recurso pelos indígenas. Esta quebra com o mundo ao qual pertencem, é uma chave de interpretação interessantíssima para nosso trabalho. Por mais benevolência que a Natureza tenha oferecido anteriormente, nossa relação de

dominação e destruição com a mesma (advinda do capitalismo tecnicista) extinguirá, futuramente a existência de nós humanos.

| 411

O autor oferece a perspectiva indígena de respeito e mutualidade com a natureza como uma das ideias para adiar o fim do mundo. Esta indicação de previsões pessimistas (e concretas) de futuro para a humanidade nos chama atenção e complementa o trabalho. Seu horizonte de expectativa mais uma vez é justificado por um espaço de experiência desarmonioso com entidades sagradas indígenas. A solução para este problema pode vir por intermédio da própria cultura e memória indígena, caso tenhamos (o mundo todo) a humildade de ouvi-la. Ailton Krenak se tornou membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em outubro de 2023.

Na obra *“O lugar do Saber”* da autora Marcia Kambeba (2020), ao analisarmos o capítulo intitulado “O rio que corre em mim é um rio de memórias” compreendemos a importância da memória, do passado, do ancestral para sua cultura. O Rio que ela cita não como um ativo financeiro, mas sim como um ser dotado de intelecto, é o Rio Solimões, no estado de Tabatinga no Amazonas. Marcia Kambeba conta histórias suas de quando visitava o rio com sua família, como seu pai a ensinou a nadar nele e cita o poder de cura das águas em sua cultura.

A autora ainda aponta quais medidas tomadas pelos seus pais e avós permitiram que ela continuasse conectada com sua origem indígena: Visitas frequentes à aldeia após se mudar para a cidade, rituais com plantas e ervas explicados para ela por sua avó e compreender as narrativas de seu pai. Na obra da autora, o ancestral é o norte explicador do cotidiano. Sua relação com a memória é de extrema importância para sua mensagem.

Já o autor Jaider Esbell (nascido na Terra indígena Raposa – Serra do Sol em Roraima) tem sua relação com a memória e temporalidade enquanto terminologia da história entremeada com seu discurso poético, literário e político. Toda sua obra se recorta em torno da ligação entre o que se perpetuou como passado indígena do país e sua enorme diferença entre o que os indígenas

esperavam do futuro. Neste trecho de um trabalho acadêmico de 2014 podemos perceber claramente isso no autor:

| 412

Hoje, depois de muita luta, luta que já contabiliza mais de 500 anos, os Makuxis podem olhar com firmeza para o futuro. Porém, quando fazem isso, com a mesma firmeza, ainda ouvem os lamentos dos ancestrais e a agonia da história recente. Doenças, assassinatos, violências de todos os tipos e humilhações continuam ecoando na memória. Quando o índio Makuxi dos dias atuais olha com firmeza, o futuro surge, turvo, mas surge. Essas mesmas passagens memoriais e sensitivas refletem no futuro, tão dolorosas quanto quando a atual política global continua a ameaçar a pouca conquista desse e de todos os povos originários do Brasil. (ESBELL, 2014, p. 16-17)

Sua obra literária “*Tardes de agosto, manhãs de setembro, noites de outubro*”, lançada em 2013 reflete bastante esta ligação entre um passado de lamento e agonia e um futuro mais esperançoso, mas que de forma nenhuma pode ser separado do passado e esquecido, ou melhor ainda, o futuro será *x* porque o passado foi *y*. Este sintoma de correlação entre as temporalidades é crucial em sua obra. Esbell além de escritor era artista plástico, ativista político e teórico da arte indígena contemporânea. Ele faleceu no final de 2021, em São Paulo.

Mario Pedrosa e sua visão da Arte Indígena no Brasil

Mario Pedrosa foi um intelectual brasileiro nascido em 1900 e falecido em 1981. Para além de sua formação no curso de direito e estudos no exterior, nos interessa aqui principalmente a figura de Mario enquanto crítico de arte e militante marxista, a ser desenvolvida por ele a partir da década de 20 do século XX. Seu primeiro exílio, no final da década de 30 se deve a perseguições políticas por suas publicações no jornal operário Luta de Classes, o qual fundou.

Seu segundo exílio se deu no período da ditadura militar brasileira, onde se refugiou no Chile para seguir escrevendo sobre suas percepções críticas baseadas em suas experiências socialistas dentro e fora do Brasil. Entre vivências da militância política e sala de aula enquanto professor, dentro e fora do Brasil,

pedrosa passou a nutrir interesse sobre a arte contemporânea e popular brasileira, assunto sobre o qual publicou em muitas obras no decorrer de sua carreira como crítico e intelectual.

| 413

A face de Pedrosa que pode nos ajudar a compreender a corrente literária “Literatura Indígena Brasileira Contemporânea” é essa contida entre a crítica e a militância. Ao perceber as movimentações da burguesia brasileira de apropriação e hegemonia no campo das artes, Pedrosa se colocou contrário a este movimento que buscava ditar rigorosamente a arte brasileira com parâmetros europeus, e seu suposto refinamento maior quando comparada com a arte autóctone do Brasil.

Esta movimentação hegemônica das elites burguesas brasileiras, que detinham o controle não só das instituições artísticas, mas dos conceitos que determinavam uma manifestação enquanto artística ou não foi percebida por Pedrosa em meio a suas experiências de militância marxista. A lógica de dominação burguesa das instituições e correntes filosóficas tanto no exterior como no Brasil chamaram a atenção do autor que se colocou contrário a isso em sua práxis e publicações.

Compreender, enquanto professor de História todo o passado colonial ao que o país foi exposto o ajudaram a formular teorias de superação deste cenário promovido pela dinâmica Colônia x Metrópole, e procurar desenvolver críticas para uma arte e cultura popular do Brasil. O fato de estar inserido no século XX, com todas as disputas de superação do status de colônia europeia trazidos pelo modernismo desenvolvido no período ajudam a situar o motivo de enxergar em Pedrosa uma boa justificativa do porquê analisar uma corrente literária do final deste século.

Como indica Patrícia Correia em seu texto “Arte indígena, arte brasileira e a história a contrapelo de Mário Pedrosa” (2019), Pedrosa voltaria de seu segundo exílio em 1977 se declarando interessado pela cultura e arte indígena do Brasil após perceber no desenvolvimentismo e na crença do progresso, epistemologias em alta no século XX brasileiro, uma grande catástrofe. O autor indica que as maneiras de ver o mundo trazidas pelos indígenas teria muito a ensinar aos

brasileiros, caso existisse a vontade de ouvi-los. Portanto, passou a organizar exposições e mostras sobre diferentes etnias indígenas do Brasil em grandes instituições museais e artísticas.

| 414

Obviamente, o conhecimento histórico de Pedrosa sobre a condição colonial do Brasil e suas tentativas de superação (trazidas pela militância e orientação marxista) são a chave da diferença do mesmo para outros críticos de arte contemporâneos a ele. O conhecimento da condição indígena em meio a este cenário do Brasil também o ajudou a pensar sobre uma arte verdadeiramente popular inserida neste contexto de fuga das hegemonias ditadas pela burguesia.

Como indica Correia, “Para Mario Pedrosa, a experiência da arte indígena pode desorganizar a história linear da arte nacional e seu fundamento no progresso, pois acende o que foi considerado esquecido, concluído ou superado, faz saltarem os seus “agoras” (CORREIA, 2019, p. 482). A autora ainda demonstra que, em meio ao cenário historiográfico sobre a arte no século XX brasileiro, pouquíssimas obras não consideravam a arte e cultura indígena como algo superado, encerrado e de caráter pouco colaborativo aos não indígenas.

O panorama artístico e cultural do Brasil, nesta época, era guiado pelas tendências colonizadoras europeias, que apesar de não ser mais oficialmente a metrópole, seguia a ditar regras nas antigas colônias através do imperialismo. Era guiado também por essa noção de progresso também europeia, desvinculando da cultura caráter e particularidades brasileiras, principalmente nas camadas mais populares. O entendimento sobre cultura e arte no Brasil do século XX se dava então como elitista e hegemônica baseada neste entendimento de que arte era somente algo vindo de fora, vindo das grandes metrópoles.

O caráter de quebra dessa lógica apresentada pela arte indígena, noção inserida também na sua experiência marxista apresenta um autor que enxergava caminhos diferentes para o cenário artístico e cultural de um Brasil que não era mais oficialmente uma colônia passiva aos desejos da metrópole.

As leituras de Pedrosa dos conceitos de “Arte Erudita”, “Arte Popular” e no caso indígena “Arte merece destaque também, pois elucida exatamente esta linha

de raciocínio que demonstro. A leitura das lutas de classe dentro do contexto artístico brasileiro do século XX também passa pela nomeação dos conceitos e sua aplicação.

| 415

"Na realidade, essa é uma diferença que aparece na época moderna. Na arte primitiva, nas pinturas rupestres das cavernas de Altamira, por exemplo, não podemos distinguir a parte reservada à arte erudita da parte que seria a arte popular. Pode-se dizer o mesmo da arte egípcia, da arte pré-colombiana, ou da arte medieval, para citar outros exemplos. A diferenciação entre ambas nasce com a sociedade capitalista, com a formação da burguesia, com a divisão da sociedade em classes. Nela se expressa a dominação ideológica e de classes da burguesia (que se identifica com a arte erudita) sobre as classes dominadas e sobre a arte popular de origem camponesa ou proletária. É, portanto, natural analisar essa distinção dentro do contexto das lutas de classe." (PEDROSA, 2015)

Esta distinção entre os conceitos explicita a “divisão” imposta na arte moderna no Brasil, claríssima ainda em 1980, quando o artigo mencionado foi publicado inicialmente. A arte enquanto aparelho ideológico da burguesia encontra em conceitos como esses sua base de sustentação. Talvez esta seja a denúncia de Pedrosa que mais nos ajude a compreender a literatura indígena como não só obras de arte, mas como corrente literária produzida por intelectuais indígenas que tenham muito a acrescentar ao debate público sobre arte e artistas verdadeiramente nacionais. “O artista só existe como produtor de arte erudita; quem faz arte popular não é artista, dificilmente um criador, mas apenas um artesão”. (PEDROSA, 2015).

A segunda metade do século XX no Brasil ainda teve experiências políticas negativas como a ditadura militar influenciando diretamente na vida dos indígenas no país. Como demonstra Correia,

Assim, a fixação do índio no passado acaba por legitimar sua exclusão do presente; a arte indígena, como complexo de formas e relações vivas, perde toda efetividade e atualidade para a compreensão da arte brasileira, o que revela a marca da colonialidade em sua elaboração histórica. Decerto, essas leituras refletem a percepção de uma degradação irreversível das comunidades indígenas no país, exiladas de qualquer projeto nacional com o avançar do século XX e especificamente na época

em que os livros são concebidos. No cerne das políticas desenvolvimentistas do regime militar brasileiro (1964-1985), uma série de ações reforçava essa gradual exclusão, como o Plano de Integração Nacional lançado em 1970 pelo governo do general Garrastazu Médici, que levou a abertura de estradas em terras indígenas e a instalação de programas de colonização da Amazônia, ou o projeto Radam Brasil, de 1975, que detectou jazidas minerais em terras indígenas, promovendo sua invasão pelo garimpo ilegal. (CORREIA, 2019, p. 489)

Segundo a autora, os textos de Pedrosa publicados nos anos 60 e 70 do século XX apresentam um modo alternativo de elaboração desta relação de poder, em que a arte erudita seria superior a arte popular, e que a arte em si deveria ter um sentido ao se converter em capital com valores especulativos que fomentam o acúmulo de riqueza, que por si fomentam novos colonialismos.

Ainda segundo Correia, Pedrosa propõe que sejam analisados conceitos e aplicações “artísticos contemporâneos com base em certos aspectos da arte indígena, o que significa que ele também propõe a compreensão da arte indígena com base em sua experiência da arte contemporânea no Brasil” (CORREIA, 2019, p. 491).

Considerações Finais – Oposição ao tempo do colonizador

Os autores Danner e Dorrico (2019) demonstram que o pensamento indígena tem um papel crucial na crítica à modernidade europeia, ao oferecer perspectivas que questionam e problematizam as bases da modernidade ocidental. Essa abordagem é essencial para compreender como a modernidade se constrói sobre a exclusão e marginalização de outras formas de saber e existir, especialmente aquelas das comunidades indígenas.

Os mesmos defendem que o pensamento indígena não deve ser reduzido a uma curiosidade etnográfica ou uma forma de pré-filosofia. Pelo contrário, ele constitui uma voz ativa que desafia a visão eurocêntrica da modernidade. Nele, se tratam questões como colonialismo, resistência e autoafirmação, trazendo luz

para as lutas políticas e culturais das comunidades indígenas para preservar sua identidade e direitos, outrora tomados.

| 417

Durante sua palestra no Ciclo educativo do 20º Encontro de Escritores e Artistas Indígenas em 2024², o autor paraense Daniel Munduruku também traçou críticas severas ao modo de percepção de tempo europeu. O mesmo resumiu que o tempo ocidental é o tempo do relógio. Reduzido na frase “tempo é dinheiro”, comum ao modo capitalista de compreensão do mundo, este “tempo do relógio” centra toda a compreensão de mundo em uma categoria a qual não temos controle: o futuro. Perguntas comumente feitas as crianças como “o que vai ser quando crescer” não cabem no mundo indígena, pois a criança sabe que é e só pode ser criança, e o será de maneira plena naquele estágio da vida.

Ainda na concepção de Munduruku, a visão indígena do tempo esbarra na natureza de forma indissociável. Ao utilizar as estações do ano para exemplificar sua ideia, Daniel aponta: cada estação é única em si mesma. Uma estação não anseia pela chaga da outra. O autor ainda reforça a visão circular do tempo (indígena) como alternativa a visão linear eurocêntrica, e afirma que para a mesma funcionar tem importância os ritos de passagem e a educação dos mais velhos dada para os mais novos.

Em sua obra “Educação indígena: Do corpo, da mente e do espírito”, o autor aponta exatamente para o assunto discorrido neste evento, corroborando nossa ideia inicial de que existe uma oposição consciente e sistemática a noção de tempo trazido pelo colonizador europeu:

Dizia ainda há pouco que na concepção do tempo indígena o presente é o único tempo real. O passado é memorial e o futuro uma especulação que quase não entra na esfera mental dos povos indígenas. Dizia isso para refletir como isso se choca frontalmente com a concepção linear, histórica que o ocidente desenvolveu. Para o homem pós-moderno o tempo passou a ter utilidade produtiva. A revolução industrial trouxe a tona a ideia de que “tempo é dinheiro”. Para o indígena, no entanto, o tempo é circular, holístico, de modo que vez ou outra os acontecimentos

² Evento intitulado: “A Literatura Indígena na Escola” - Ciclo educativo do 20º Encontro de Escritores e Artistas Indígenas em 2024, ocorrido no auditório Macunaíma do campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro no dia 6 de novembro de 2024.

se encontram sem, no entanto, se chocarem. O passado e o presente ganham dimensões semelhantes e se auto- reforçam mutuamente. Por isso o discurso indígena se apossa de elementos aparentemente distantes entre si, mas perfeitamente compreensíveis no contexto em que se encontram. (MUNDURUKU, 2009)

Assim, o pensamento indígena estudado aqui tensiona a ideia de que a modernidade europeia foi um processo linear e universal, expondo suas contradições e limitações. Esse tipo de crítica contribui para a promoção de um diálogo mais inclusivo entre diferentes culturas e formas de conhecimento. O pensamento indígena se apresenta como uma ferramenta poderosa para desafiar narrativas dominantes e construir alternativas que valorizem a diversidade cultural e outras noções de passagem do tempo.

Referências

DANNER, Leno Francisco; Danner, Fernando; Dorrico, Julie. Educação, memória e resistência na literatura indígena brasileira contemporânea. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 229-251, set./dez. 2021.

DE BARROS, A. M.; VENTRES, W. Temporalidade e memória indígena: desafios gnoseológicos na formação de professores guarani mbyá para escola diferenciada. **Revista Tellus**. [S. l.], n. 3, p. 109–123, 2014.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloísa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação, Crítica e Recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena>. Acesso em: 8 mar. 2023.

ESBELL, Jaider. **Tardes de agosto, manhãs de setembro, noites de outubro**. Boa Vista: edição do Autor, 2013.

ESBELL, J.; OLIVEIRA, S.; PETRI, V.(orgs.). **Memória e Cultura Makuxi**. Santa Maria: Laboratório Corpus/PPGL/UFSM, 2014. *E-book*. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/771/2021/10/Memoria-e-Cultura-Makuxi.pdf&ved=2ahUKEwjP7LH25ZiLAXV4RLgEHdpoH_gQFnoECBIQAQ&usg=AOvVaw1yX43FdlSdb6THeAMqQkOw. Acesso em: 8 jun. 2023.



GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte, Mazza, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. E-book. Disponível em: <http://www.casaleiria.com.br/acervo/olma/olugardosaber/>. Acesso em 25 mar. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, R. “A temporalidade dos conceitos” In: **História dos Conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p.85-93.

KOSELLECK, R. **Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.

KRENAK, Ailton. 2019. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 85p.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak**. Organização de Sergio Cohn e de Idjahure Kadiwel. Coordenação de Kaká Werá. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2017 (Coleção Tembetá).

KRENAK, Ailton. **Encontros**. Organização de Sergio Cohn. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. **Educação indígena: do corpo, da mente e do espírito**. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 2, n. 1, p. 21-29, jan. / jun. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ML/article/view/324>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte:



Autêntica, 2004.

PEDROSA, Mário. Arte culta e arte popular. In: MAMMÌ, Lorenzo (org.). **Mário Pedrosa: arte, ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 537-550.

| 420 PEDROSA, Mário. Discurso aos tupiniquins ou nambás. In: MAMMÌ, Lorenzo (org.). **Mário Pedrosa: arte, ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. p. 551-559.

POTIGUARA, Eliane. **A cura da Terra**. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Cia das Letras: São Paulo, 2011.

SOUSA, Damiana Pereira de. **A Literatura Indígena por Eliane Potiguara**. XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, [s. l.], 15 out. 2021.

SOUZA LEAL, B.; REGO, A. R. Entre Koselleck e Krenak: diálogos entre espaço de experiência, horizonte de expectativas e ancestralidade?. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 17, p. 1–24, 2024.

WILLIAMS, Raymond. “Hegemonia”. In: **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 199-201.